

Professores brasileiros querem fazer valer, com greves, atos públicos e passeatas, a aplicação imediata da Lei 11.738/2008, julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em 6 de abril de 2011. O julgamento colocou pá de terra sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin nº 4167) movida pelos governos dos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará. A Lei do Piso Nacional dos Professores está valendo.



Sinsep promove Seminários de valorização dos servidores municipais

A partir de junho, o Sinsep vai promover série de Seminários destinados a diversas áreas de atuação dos servidores públicos municipais da microrregião. E o primeiro deles será realizado dia 17 de junho (veja texto à página 2), com ênfase para a área da Saúde. Os seminários são uma forma de comemorarmos os 20 anos de lutas do Sinsep ao lado dos servidores de Jaraguá do Sul e Região e devem culminar em 26 de outubro, data da criação do Sinsep. Nosso desejo é que as atividades tenham presença e participação ativa de toda a categoria e sirvam de estímulo para a troca de conhecimentos e aprendizado.

A DIREÇÃO

Uma grande vitória

O Sinsep vai cobrar a aplicação da Lei do Piso Nacional do Magistério nas Prefeituras da microrregião e a proposta é começar o segundo semestre com o pagamento do Piso devidamente regularizado. O Piso é resultado da luta coletiva e o Sinsep esteve presente em todas as etapas até chegar ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo STF.

Corupá

Prefeitura deve se adequar à lei

Os professores municipais de Corupá receberam, no pagamento de maio, reajuste salarial de 6,20%, mais 2,69% de aumento real, totalizando 8,89% de reajuste, de modo a assegurar que os profissionais alcancem o Piso Nacional do Magistério, atualmente no valor de R\$ 1.187,97 para 40 horas semanais. O problema é que, com o reajuste, professores com Licenciatura Plena no Magistério vão receber o mesmo salário de um professor com nível de Magistério, "o que é inconcebível", critica o diretor do Sinsep, Luiz Cezar Schorner. Em virtude dessa discrepância, Comissão de Estudos se reuniu, em 31 de maio, na Escola José Pasqualini, para começar a formulação do novo Plano de Carreira do Magistério de Corupá e, entre outras, garantir que professores com Licenciatura Plena recebam salários compatíveis com sua formação.

"A luta prossegue, temos dificuldades na solução imediata, mas o Sinsep faz a sua parte para que a Lei saia do papel", afirma o diretor do Sinsep, professor Luiz Cezar Schorner. "A decisão do STF traz grande vitória para os professores estaduais e municipais de todo o país e causará impactos positivos nas redes de ensino", complementa Luiz Schorner. A Lei determina que o piso seja atualizado anualmente.



Professores lotaram a Câmara, no dia 26 de maio, e se pronunciaram em plenário para cobrar apoio dos vereadores pela implementação da reforma do Plano de Carreira

A Comissão de Estudos é formada por representantes da administração municipal, do Sinsep, além de oito professores, cujos nomes foram aprovados na Assembleia realizada dia 9 de maio. Os professores reivindicam que o Plano de Carreira seja implantado nos próximos meses.

Schroeder

Plano de Carreira do Magistério entra em vigor dia 1º de julho

A Prefeitura institui novo Plano Municipal de Carreira do Magistério a partir do dia 1º de julho. Mas, pelo documento, os professores receberão remuneração inferior ao Piso do Magistério. Além dos 6,36% de reajuste concedidos na data-base, a administração Felipe Voigt precisa aplicar mais 5% sobre a Tabela dos Professores para cumprir a Lei Nacional do Piso do Magistério. Dia 26 de maio, o Sinsep esteve na Prefeitura e reivindicou a aplicação de mais 5% de reajuste ao salário dos professores, o que deve acontecer no segundo semestre.

Hora atividade em negociação

O parágrafo 4º do Artigo 2º da Lei do Piso Nacional do Magistério destina 1/3 da jornada de trabalho do professor para atividades extraclasse e também precisa ser aplicado imediatamente. O Sinsep já protocolou ofícios às Prefeituras para negociar a implantação da hora atividade em todos os municípios da base.

Guaramirim

Aguardando contato: Sinsep aguarda que a administração Nilson Bylaardt responda ao ofício e agende uma audiência para tratar sobre o cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério.

Todo apoio à greve dos professores estaduais



DIA 23 DE MAIO: Mais de 250 professores da rede pública estadual participaram do ato Público seguido de passeata

A greve dos professores da rede estadual de ensino conta com o apoio e solidariedade do Sinsep. A diretoria do Sindicato entende como legítimas as reivindicações dos professores, que lutam pelo pagamento imediato do novo piso nacional assegurado por lei, mas negado pelo governador Raimundo Colombo. A greve, deflagrada dia 18

de maio, foi crescendo aos poucos. Dezenas de professores foram às ruas explicar para a sociedade o motivo da paralisação e pedir apoio para o movimento.

De acordo com o comando de greve, a adesão foi de 95% no Estado. Em Jaraguá do Sul e Região, 23 das 32 unidades de ensino paralisaram, total ou parcialmente.

Piso do Magistério Estadual é de R\$ 609,00

O comando de greve e os demais professores da rede estadual exigem que o governador cumpra o que já é lei, ou seja, que pague o novo valor do piso, julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (o piso pago até agora, de R\$ 609,00, é um dos mais baixos do País). Em contrapartida, a carga horária é exaustiva e desgastante. Aliado aos baixos salários, os professores ainda convivem com a falta de estrutura das escolas, e denunciam a precariedade das unidades de ensino, bancadas pelas APPs, que, através das contribuições "espontâneas", dão conta de manter a escola com mínimo de material necessário.

Sinte apresenta contra-proposta

No dia 3 de junho, o Sinte/SC enviou ofício ao secretário estadual de Educação, contendo a contra-proposta da categoria: cumprimento da Lei do Piso (manter todas as gratificações e incorporar prêmios), anistia das faltas decorrentes das mobilizações, desde 2007, revisão da progressão funcional e cronograma de reposição das aulas. Além disso, os professores querem a formação de um grupo de trabalho para, em 60 dias: chegar ao valor do Piso Nacional de forma gradativa, até novembro/2011, realização de concurso no segundo semestre de 2011, cumprimento da jornada de 1/3 da hora atividade, revisão da Lei dos ACTs, equiparação do vale alimentação com o pago pela Udesc, entre outros pontos.

NOVOS CONVÊNIOS

CENTRO DE IMAGENS ODONTOLÓGICAS

Camila M. S. Fortkamp
CRO/SC 11559

Helena Cristina M. S. Fortkamp
CRO/SC 2329

Radiologia e Tomografia
10% de desconto.

Rua João Picolli, 264 - Sala 1.
Fones: 3055-2181/3055-2281

Consultório Médico Guaramirim
Rua João Butschardt, 855 - Sl. 06
Fone: 3373-1923. Guaramirim

DENTISTA

Fábrica Santos Menegazzo
Clínica Geral, Prótese, Endodontia e Ortodontia. 30% de desconto
Rua Guilherme Weege, 50 - Sala 202
Fone: 3376-5156 / 9666-1021

NUTRICIONISTA

Luciana Hasse Krepsky - CRN/SC 1145
15% desconto a partir da 2ª consulta
e-mail: lucianakrepsky@gmail.com
Edif. Uniclínicas. Rua Arthur Müller, 105 - Centro. Jaraguá do Sul. Fones: 3275-0066 / 3055-0035 / 3371-3247

Servidores recebem reajuste de 6,20%

Categoria reivindicava 8% de reajuste salarial e aumento do auxílio-refeição para R\$ 270,00 mensais

A Câmara de Vereadores aprovou, na sessão de 26 de maio, o Projeto de lei que reajusta os salários dos servidores em 6,20% (equivalentes à variação do INPC dos últimos 12 meses) e o auxílio-refeição no valor de R\$ 220,00 por mês. O Sinsep havia protocolado ofício ao prefeito Luiz Carlos Tamanini, informando a contra-proposta da categoria, aprovada em Assembleia Geral realizada dia 5 de maio. No ofício, Sinsep solicita audiência para tratar da reivindicação da categoria, que era de 8% de reajuste salarial e aumento do auxílio-refeição dos atuais R\$ 200,00 para R\$ 270,00 mensais.

No entanto, o prefeito manteve sua proposta e a encaminhou aos vereadores. Data-base dos servidores é 1º de maio. Perante Sinsep e vereadores, Tamanini firmou acordo de continuar os estudos para a reforma do Plano de Cargos e Salários do Magistério municipal.

Vale-Transporte - Após muita luta e insistência do Sinsep, na defesa dos servidores, a Prefeitura passa a cumprir Lei Federal 7418/1985 que institui o Vale-Transporte. A próxima etapa da luta é fazer com que a Prefeitura de Massaranduba também cumpra a Lei e institua o benefício aos servidores.

Jaraguá do Sul

Revisão do Plano de Cargos e Salários começa a sair do papel

Finalmente a Prefeitura lançou Edital para contratação da empresa que fará o anteprojeto de lei de reforma do Plano de Cargos e Salários dos servidores municipais. A expectativa é grande, já que existia promessa, desde o final do ano passado, de que o Edital seria publicado. Agora a luta do Sinsep e dos servidores, é que até o final desse ano o Projeto de Lei que

institui o novo Plano de Cargos e Salários seja aprovado na Câmara de Vereadores e colocado em prática no início de 2012. Serão estudados 2.551 servidores efetivos, distribuídos em 179 cargos. Sinsep integra Comissão de Revisão do Plano de Cargos e Salários, que vai acompanhar os trabalhos da empresa vencedora da licitação, a ser conhecida em 15 de junho.



Seminário debate Atenção Básica em Saúde

A secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da CONFETAM/CUT, Irene Rodrigues, será palestrante do Seminário "Atenção Básica em Saúde - Visão do Trabalhador.

Financiamento da ESF; Controle Social do SUS; Lutas dos Agentes Comunitários de Saúde", que acontece às 19 horas do dia 17 de junho, no Siticom. A promoção é do Sinsep em comemoração aos 20 anos de lutas. Até o dia 26 de outubro de 2011, data de fundação do Sindicato, será realizado um Seminário mensal, cada qual destinados a públicos diferentes. A palestrante do primeiro, voltado à área da Saúde, é técnica em Saúde Bucal, graduada em Gestão Pública e trabalhadora da Prefeitura de Curitiba (PR). Irene é membro do Comitê Nacional de Saúde do Trabalhador do SUS conselheira Estadual de Saúde do Paraná e diretora de assuntos Jurídicos do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba, entre outros.



IRENE é Secretária Nacional de Saúde da Confetam

Serviço Público de Qualidade e a Equidade de Gênero e remuneração

Os diretores do Sinsep, Luiz Ortiz Primo, Idinei Petry e Luiz Cezar Schorner estiveram na 6ª Plenária Nacional da Confetam/CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal), realizada de 11 a 13 de maio, no Hotel Nacional, Brasília (DF). Plenária teve quase 180 delegados participantes, representando 17 estados e mais de 200 sindicatos. Tema: “Serviço público de qualidade e a Equidade de Gênero e Remuneração”. A Confetam possui 657 Sindicatos filiados no país, entre eles, o Sinsep.

Sociedade brasileira passa por uma mudança cultural

Presidente da Confetam, Graça Costa vê bom momento de valorização do papel da mulher na sociedade

A presidente da Confetam, Graça Costa, disse durante a 6ª Plenária que “a Lei do Piso” está inserida em outras importantes lutas dos servidores públicos, como o Piso Nacional da Saúde e o Plano



Graça Costa durante discurso na Plenária realizada em Brasília

de Carreira a todos os servidores”. Graça entende que começa a haver uma mudança de cultura, com a valorização do papel das mulheres na sociedade, maioria da população. “Tivemos grandes vitórias e a maior delas foi a eleição da primeira Presidenta da República, resultado da luta histórica nas eleições democráticas no Brasil”. Para a presidente da Confetam, próximo passo está na negociação coletiva de trabalho no serviço público: “Vamos obrigar os prefeitos a sentarem

conosco, eles precisam cumprir a Constituição Federal de 1988 que nos dá o direito de organização sindical”, discursou Graça Costa, citando ainda a Convenção 151 da OIT, ratificada pelo Congresso Nacional e que ainda precisa ser regulamentada. “Vamos fortalecer nossa organização, priorizar os 5 milhões de trabalhadores do serviço público - 1,2 milhão deles filiados à CUT. Serviço público se faz com gente organizada e de luta”, conclama a presidente da Confetam.

Jovens trabalhadores no Serviço Público Municipal

Entre as propostas aprovadas na Plenária da Confetam foi definida como prioridade a realização do Encontro Nacional da Juventude que trabalha no serviço público municipal e a criação do Coletivo de Juventude da Confetam. Um dos grandes desafios é garantir a participação da juventude nos Sindicatos e Federações.

Contra o racismo

Homenagem às populações negras encerrou a 6ª Plenária, no dia 13 de maio, data estabelecida como o “dia nacional de denúncia contra o racismo”. Jucélia Vargas, secretária de igualdade racial da Confetam e presidente da Fetram/SC (Federação dos Trabalhadores Municipários de Santa Catarina) coordenou o evento, onde foram apresentadas cartilhas “Igualdade de remuneração entre homens e mulheres – Experiências e desafios”, produzida pela CUT; e por iniciativa da Internacional do Serviço Público, a cartilha “Igualdade de oportunidades no setor público”.

Confetam mobiliza entidades pelo cumprimento da lei do Piso

A Confetam está mobilizada para subsidiar as entidades sindicais dos municípios em relação à luta pela implementação da Lei do Piso do Magistério. O assunto também foi tema central da 6ª Plenária Nacional. Entre as estratégias estão o ajuizamento de uma “Ação Ordinária de Cobrança com Pedido Parcial de Antecipação de Tutela e Cobrança de Valores Atrasados; coleta de abaixo-assinado em todo o território nacional; divulgação do Mapa do Desrespeito, onde o Piso está irregular, e instrumentalização dos Profissionais do Magistério, disponibilizando um conjunto de leis e portarias relacionadas à regulamentação do Piso.

Valorização do SUS e do trabalhador em saúde

“Valorização do SUS e do trabalhador em saúde: uma urgência estratégica” também foi tema de debate durante a Plenária. Política de desprecarização do SUS; mesas de negociação coletiva em estados/municípios; regulamentação da Convenção 151 da OIT; a criação da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde; necessidade da Reforma Sanitária no Brasil e as metas da CUT na área da saúde foram assuntos principais. (Fonte: José Vital - TEIA DIGITAL)

O papel do Estado para com a sociedade

O Sinsep participou dias 26 e 27 de maio, em Florianópolis, do Seminário “O Papel do Estado para com a Sociedade”, promovido pela Federação dos Trabalhadores Municipários da CUT (Fetram). O Seminário abordou temas como “autoritarismo governamental (falta de reconhecimento das

instituições, ausência de negociação), partindo do pressuposto de que tudo tem origem na sociedade escravocrata onde, de um lado, se encontra o déspota e do outro, o servo. Abordou ainda o “Estado Democrático”, resultado do jogo pelo poder, que se divide em quatro grupos: econômico, de mobilização,

da produção de argumentos, e através da violência. Conclusão é de deve-se investir em políticas públicas - no governo Lula foram feitas mais de 70 conferências públicas que mobilizaram mais de 5 milhões de pessoas. Foi debatida ainda a questão das Organizações Sociais.

Negociação coletiva no serviço público

Até 1988 não havia garantia ou direito de negociar, o quadro avançou com restrições, porque as gestões públicas são refratárias e autoritárias.

Ao servidor público resta somente a mobilização. Durante o Seminário foi lançada a campanha “Sem Concurso Público não há democracia - Porque Terceirização, Privatização e Corrupção andam juntas”. A campanha é uma iniciativa da CUT/SC, Fetram, Sinte, Sintespe, Sintrafesc, além do Sinsep. Estiveram no Seminário os diretores José Carlos da Silva, Neiva Fracasso, Margarida Pelin, Luiz Ortiz Primo, Luiz Schorner, Idinei Petry e a assessora jurídica, advogada Leonor Barbosa.

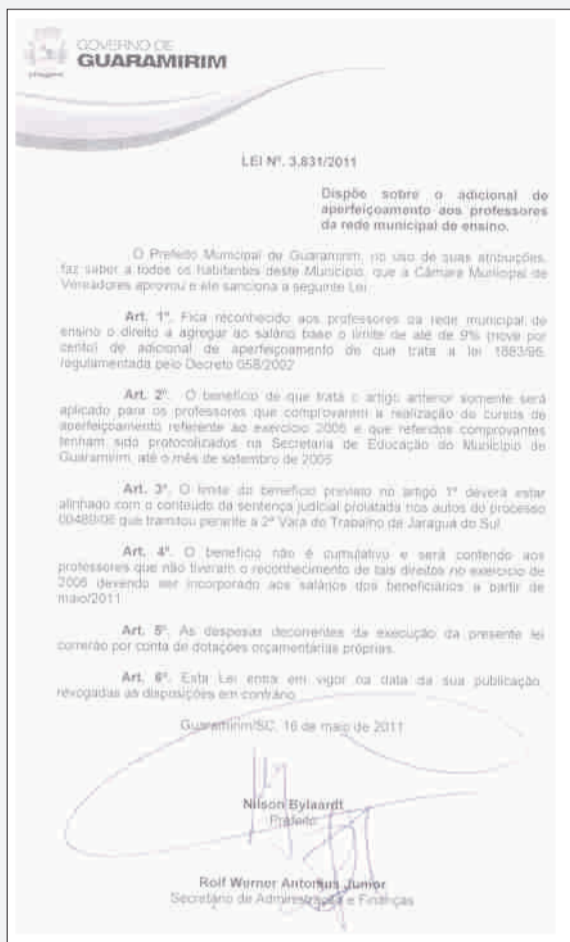


CUT/SC, FETRAM, SINTE, SINTESPE, SINTRAFESC, informam:

SEM CONCURSO PÚBLICO NÃO HÁ DEMOCRACIA

PORQUE TERCEIRIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E CORRUPÇÃO ANDAM JUNTAS!

Professores conquistam adicional de aperfeiçoamento



Os professores que investiram no aprimoramento profissional, em 2005, finalmente receberam neste mês de maio o Adicional de Aperfeiçoamento, no limite de 9% sobre o salário-base. Esta luta iniciou em 17 de março de 2006, quando o Sinsep ingressou com Ação na defesa de aproximadamente 70 professores da rede municipal de ensino, alegando que a Prefeitura descumpriu Artigo 43 da Lei 1.883 (Estatuto do Magistério), de 30 de outubro de 1990. “Esta conquista foi resultado da negociação do Sindicato com a Prefeitura: “Foi uma das injustiças contra as quais o Sinsep mais batalhou, teve empenho dos professores e agora finalmente convencemos o prefeito de que a luta era justa”, comemorou Idinei Petry,

que presidia o Sinsep à época. Em 16 de maio/2011, o prefeito Nilson Bylaardt assinou a Lei 3.831/2011 (veja acima) reconhecendo o direito dos professores.

Isso não é qualidade na Educação

Salas de aula construídas à base de fibra de vidro e cimento não oferecem condições de trabalho e aprendizado



As crianças não merecem estudar em um lugar desses

A Prefeitura de Guaramirim investiu na construção de prédios escolares feitos em pré-moldados, à base de fibra de vidro e cimento, com espessura mínima. É o caso do Centro de Educação Infantil Mamãe Ganso, no bairro Guamiranga. As salas de aula são um verdadeiro forno no verão (o ar condicionado permanece ligado todo o período de aulas). No inverno, as salas não protegem do frio, mais parecem câmaras frigoríficas. Estudar em “galpões” não é exemplo da qualidade na educação de um município. Onde fica conforto e aprendizado das 87 crianças que estudam na Escola? Sem falar em gasto absurdo com energia elétrica. As mesmas salas de aula foram construídas na Escola Bom Jesus, no centro. O Sinsep espera que a moda não pegue e que as Prefeituras da Região construam escolas com salas adequadas, não improvisadas. A Câmara de Vereadores já manifestou contrariedade. Após protocolar dois pedidos de informação para que a Prefeitura justifique o custo das salas de aula, ambos sem resposta, o vereador Caubi Pinheiro (PDT) ingressou com Mandado de Segurança.

BOM EXEMPLO

Setor de Obras em local adequado



Presidente Ortiz Primo: “servidores elogiam novas instalações do refeitório e parque de obras”

Em abril de 2008, Boletim do Sinsep denunciou o abandono do setor de obras da prefeitura. Assim que assumiu o mandato, o prefeito Nilson Bylaardt disse ao Sinsep que mudaria a situação. Inaugurado no final do ano passado, o novo setor possui dois aparelhos de ar condicionado, pia, banheiros adequados. O próprio galpão de obras é bem maior. Refeitório atende de forma adequada aos servidores que trabalham no local.

CRECHE



Mantenha sempre ao alcance das crianças

Uma campanha do



Sem Concurso Público não há democracia

Na contra-mão da história, prefeito Nilson Bylaardt aumentou de 70 para 120 o número de cargos comissionados empregados na administração municipal. Isso representa uma despesa de aproximadamente R\$ 120 mil por mês ao erário, também é símbolo de empreguismo e má gestão do dinheiro público. O Sinsep sempre manifestou sua defesa ao Concurso para contratação no serviço público.

Pressão psicológica contra servidores do Santo Antônio

O prefeito Nilson Bylaardt reuniu os servidores do Hospital Municipal Santo Antônio, nos dois períodos, dia 28 de abril, para tentar convencer a todos de que a privatização do HSA é melhor. Já está tomada a decisão de entregar a administração do Hospital nas mãos da Organização Social Comunidade São Camilo, da igreja católica. Na intenção do prefeito, isso deve acontecer a partir do dia 1º de agosto. O Sinsep reforça que é contrário à privatização do serviço

público e lamenta que o único Hospital Público da região tenha falido. “Nossa maior preocupação, enquanto sindicato, é garantir a manutenção do emprego e das condições de trabalho dos 117 servidores do Hospital Santo Antônio, que não abrirão mão do concurso que fizeram”, adverte o presidente do Sinsep, Luiz Ortiz Primo. “Para onde serão designados esses servidores? E a questão salarial, os adicionais que recebem pela função, como ficam?”, questiona.